

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Mônica Dias Martins

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Fortaleza - Ceará

maricotam.martins@gmail.com

RESUMO: Na contramão da mídia que retrata o Brasil como um país à beira do abismo, busco mostrar as alternativas de resistência das forças populares que se organizam para lutar por direitos e reafirmam seu compromisso com a democracia. A burguesia aliada à oposição conservadora no congresso tenta atacar as parcas conquistas das classes trabalhadoras, mediante um golpe constitucional contra a Presidenta, cujo mandato foi legitimado pelas urnas. Vivemos um momento de tensões ideológicas rico em possibilidades de ampliar a participação política, a distribuição de renda e a soberania nacional. O Brasil é peça-chave na integração sul-americana, a qual contraria interesses das grandes potências e suas corporações. Está em jogo o futuro dos povos do Continente.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, democracia, rebeldia popular, soberania nacional.

ABSTRACT: In contrast to the media portrayal of Brazil as a country on the brink of the abyss, I try to show the resistance opportunities of those social movements organized to defend rights

and to reaffirm their commitment to democracy. The bourgeoisie allied with the Congressional conservative faction is attempting to attack the few working class gains through a constitutional coup d'état against the President whose mandate was legitimized at the polls. We, Brazilians, are living through an ideological struggle rich in possibilities for increasing popular political participation, for the distribution of wealth and national sovereignty. Brazil is the key to a South American integration that differs from the interests of the Great Powers and their corporations. At play is the future of the Continent's population.

KEYWORDS: Brazil, democracy, popular rebellion, national sovereignty

1 | INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa não cansam de referir-se à recente situação do Brasil com as palavras: desastre econômico, corrupção, ameaças à democracia, traição do Partido dos Trabalhadores / PT, escândalo financeiro, crise política, recessão, inflação, etc. Os exemplos mais evidentes são a revista *Veja* e a rede de televisão *Globo*, grandes beneficiárias da ditadura civil-militar (1964-1985), que atuando como o principal partido ideológico da burguesia brasileira, pretendem

exercer um papel de orientação política e formação das massas. Nesse sentido, vale lembrar o que dizia Gramsci (1968:23) sobre a ação da imprensa no mundo moderno enquanto força dirigente superior aos partidos e, o mais preocupante, reconhecida como tal pela opinião pública: ‘um grupo de jornais ou de revistas são também eles partidos’. À época, o comunista italiano encarcerado citava nominalmente o *Times*, na Inglaterra, e o *Corriere della Sera*, na Itália. Atualizando sua observação sobre a imprensa, há razões de sobra para, no caso do Brasil, mencionar o papel decisivo desempenhado pela televisão.

Nada mais hipócrita do que a atitude da mídia e dos parlamentares opositores ao governo de Dilma Rousseff e seus aliados. O que motivaria tal postura política? A pergunta comporta respostas variadas e que se combinam: o inconformismo das forças conservadoras com sucessivas derrotas eleitorais; a ojeriza aos programas neodesenvolvimentistas do Estado brasileiro; o desejo de retorno ao ideário neoliberal ortodoxo característico da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002); o incômodo da classe alta ao ver trabalhadores adentrarem espaços que imaginava serem exclusivos; o patriarcalismo e o racismo dos segmentos mais reacionários da nossa sociedade; a aliança dos dirigentes políticos com os interesses das corporações multinacionais para liquidar a Petrobrás, privatizar o Pré-Sal e aderir ao Tratado de Livre Comércio Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership / TPP*, em inglês). Então, seriam essas as razões para o impeachment perpetrado mediante um golpe constitucional em nome de ‘restaurar a moralidade’ na política brasileira?

Por entender que as relações de poder em âmbito global influenciam a política nacional, começo esse artigo tratando das reações das grandes potências e da burguesia internacional às mudanças no panorama político da América do Sul no século XXI, em especial no tocante às expectativas de um projeto de integração regional autônomo e solidário. Na sequência, meu foco é a atual situação política do Brasil. Tendo em vista uma análise que contemple e distinga os elementos estruturais (movimentos orgânicos relativamente permanentes) dos elementos conjunturais (que se apresentam como ocasionais e imediatos), discuto as tensões domésticas, buscando identificar as raízes das lutas pelo controle do Estado, bem como examinar a crescente polarização Estado / mercado.

Este trabalho se baseia em vivências pessoais e na literatura que tem procurado refletir de forma crítica sobre o processo político em curso no país, à revelia das concepções dominantes nos meios de comunicação, círculos governamentais, empresariais e acadêmicos. Deste modo, tento esboçar uma apreciação dos governos brasileiros nos últimos 12 anos e concluo apontando algumas propostas elaboradas no âmbito da Frente Popular Brasil / FPB.

Lançada em setembro de 2015, a Frente sinaliza a resposta das forças populares às manobras de partidos e setores reacionários. Inconformados com a derrota por poucos votos nas eleições majoritárias de 2014, esses articularam um golpe constitucional, mediante o artifício de um impeachment oportunista, sem sólida

base jurídica e apoiado fortemente no ódio de uma elite conservadora. A justificativa alegada pelos defensores do pedido é de que o governo federal atrasou o repasse de dinheiro a bancos públicos para pagamento de programas sociais (designado vulgarmente como ‘pedalada fiscal’) e editou decretos que resultaram na abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional. Nenhum dos dois casos, opinam juristas, configura ilegalidade ou inconstitucionalidade por parte do Executivo. Tudo leva a crer que destituir a presidenta é secundário; o projeto da direita brasileira associada à burguesia internacional visa, sobretudo, atender aos interesses do capitalismo, ainda que o preço a pagar seja o retrocesso econômico, social e político do país.

2 | TENSÕES INTERNACIONAIS: O CONTEXTO SUL-AMERICANO

Acompanhando Gramsci (1968: 44) para quem ‘Os elementos de observação empírica que comumente são apresentados desordenadamente nos tratados de ciência política deveriam... situar-se nos vários graus de relações de força, a começar pelas relações das forças internacionais’, abordo inicialmente as articulações político-ideológicas que incidem no jogo de poder na América do Sul. As perspectivas de inserção mundial do Subcontinente foram alteradas com a eleição de governantes formalmente comprometidos com o reconhecimento dos direitos sociais de segmentos discriminados - povos indígenas, populações negras, camponeses, pescadores, moradores das favelas, jovens, mulheres, etc. Opondo-se às propostas de integração dependente do poderoso vizinho do Norte (Área de Livre Comércio das Américas / ALCA), os sul-americanos acenam com formas inovadoras de cooperação regional (Mercado Comum do Sul / Mercosul, União de Nações Sul-Americanas / UNASUL, Associação Bolivariana para os Povos de Nossa América / ALBA), formulam alternativas de desenvolvimento, enfrentam elevadas dívidas públicas junto aos credores internacionais e buscam caminhos promissores para as acentuadas desigualdades sociais (MARTINS; GALLI, 2011).

Apesar desse conjunto de iniciativas não configurar, como alguns interpretam, uma ‘guinada à esquerda’, é preciso situá-las no âmbito das tendências continentais. Por um lado, observa-se a entrada na cena política de contingentes populacionais até recentemente considerados ‘marginais’, por outro, o perfil dos líderes eleitos é bem distinto dos que detiveram o poder desde a ruptura colonial. Se tais mudanças não indicam o fim de antigos pactos, não cabem dúvidas de que novas hegemonias estão em curso como ilustram as expressivas manifestações de resistência ao neoliberalismo e à globalização. Em parte, estas parecem indicar vontade de superação da mentalidade cultivada pelas elites e, em boa medida, reproduzida pelos meios de comunicação e pela academia.

Obviamente, nem o imperialismo aceita que nações sob sua tutela ousem, de modo autônomo e solidário, traçar os rumos do seu futuro, nem a história registra

mudanças bem-sucedidas sem dolorosos ajustes internos e externos. Portanto, é em um ambiente de grande turbulência política e social que os governos sul-americanos têm procurado atender as reiteradas promessas de uma vida melhor para seus povos. A situação se torna ainda mais complexa com a profunda e prolongada crise do capitalismo nos países centrais— da qual o tormento dos refugiados na Europa é apenas a ponta do iceberg - que vem gerando uma onda de restauração conservadora. Tal conjuntura de retrocesso econômico, social e político impacta na América do Sul. A ofensiva imperialista, iniciada com o golpe militar em Honduras (2009) contra o presidente eleito Manuel Zelaya e o golpe branco que depôs o presidente Fernando Lugo no Paraguai (2012), persiste, apesar das tentativas nem sempre bem-sucedidas de intervir em outros países da região, particularmente na Bolívia e no Equador. Recentemente, governantes da Argentina e da Venezuela, vizinhos e parceiros do Brasil na empreitada de um continente livre da dominação dos Estados Unidos, sofreram derrotas eleitorais que sinalizam um passo adiante em direção ao neoconservadorismo (MARTINS, 2015).

A coligação Mudemos, de centro-direita, ganhou o segundo turno das eleições presidenciais na Argentina, em 22 de novembro, com 51,4% dos votos. Pela primeira vez em 12 anos, o candidato identificado com o kirchnerismo não venceu o pleito e a Casa Rosada será ocupada por Maurício Macri, prefeito da capital portenha e empresário. O novo governante argentino visitou o Brasil e o Chile para tratar de acordos comerciais com o empresariado paulista; na ocasião, ele defendeu a aproximação com os Estados Unidos e anunciou sua intenção de propor ao Mercosul a suspensão da Venezuela. Cortejado pelos governos estadunidense e europeus, certamente, Macri aspira liderar as mudanças na política sul-americana, tornando o continente uma área de livre comércio e fortalecendo as negociações com a União Europeia e a recém-criada Aliança Transpacífica.

Os resultados das eleições para o legislativo venezuelano revelam que após 16 anos de governos bolivarianos, o Partido Socialista Unido da Venezuela / PSUV obteve 40% dos votos dos 20 milhões de cidadãos que foram às urnas em 6 de dezembro. No que pesem os erros de gestão do chavismo e a dependência do petróleo, é inegável que a “guerra econômica” encabeçada pela potência hegemônica e sua constante campanha diplomática e mediática contra Hugo Chávez contribuem fortemente para o desabastecimento, a inflação e a insegurança. Cansados das duras condições de vida, os eleitores votaram contra o governo de Nicolás Maduro, favorecendo a coligação opositora (Mesa Democrática da Unidade / MDU) que obteve 99 das 167 cadeiras da Assembleia Nacional. O crescimento eleitoral da direita não surpreendeu analistas do processo venezuelano. James Petras (2007) e Steve Ellner (2013) observaram que a prolongada carestia e a escassez de produtos alimentares enfraqueceriam o apoio da base social bolivariana ao socialismo do século XXI. Distanciando-se dos discursos de ‘vítima do imperialismo estadunidense’ ou do ‘autoritarismo chavista’, Manuel Sutherland (2015) diagnosticou a intensificação das contradições internas

com prováveis derrotas para os trabalhadores venezuelanos diante da intensa ação da burguesia e da inação da esquerda.

De fato, o que parece estar em disputa é o controle da grande potência sobre os rumos das nações latino-americanas. A penetração da China no continente constitui certa ameaça ao poderio estadunidense. Não por outro motivo houve tamanho empenho do presidente Barak Obama na aprovação, em outubro de 2015, do Tratado de Livre Comércio Transpacífico, negociado de forma secreta há mais de 8 anos. Seus objetivos são abolir barreiras comerciais para acesso a bens, serviços e investimentos, além de estabelecer regras uniformes de propriedade intelectual, ambientais e trabalhistas para os Estados membros (EUA, Japão, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã). Como principal articulador do TPP, os Estados Unidos definiram um padrão de arranjos comerciais cujos maiores beneficiários são as grandes corporações, o que tanto enfraquece as negociações em curso no âmbito do Mercosul e do BRICS (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), blocos econômicos e geopolíticos dos quais o Brasil participa ativamente, quanto prejudica importante segmento da economia brasileira, já que em 2014, mais de um terço de nossa exportação industrial foi destinada aos países signatários desse Tratado.

Objeto da cobiça imperialista, desde sua criação em 1953, após a memorável campanha 'O petróleo é nosso', a Petrobrás está no centro das investigações da operação denominada 'Lava Jato', iniciada em março de 2014, quando foram processadas organizações criminosas que operavam no mercado paralelo de câmbio. A apuração realizada pelo Ministério Público Federal / MPF evoluiu para a descoberta de indícios de um esquema de corrupção, envolvendo grandes empreiteiras organizadas em cartel que pagavam propinas aos altos executivos da maior empresa de economia mista brasileira e outros agentes públicos. Um ano depois, conhecidos os membros de partidos responsáveis pela indicação dos diretores da Petrobrás, a operação Lava Jato passou a alimentar a instabilidade política, causada, sobretudo, pelo fato de as elites não aceitarem os valores e as regras do jogo democrático quando essas não lhes favorecem.

Auxiliados pela mídia, que costuma dar tratamento moralista ao fenômeno da corrupção, o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associado investem pesado na derrota do neodesenvolvimentismo. Dirigentes do Partido Social Democrata Brasileiro / PSDB se manifestam contra tal política, argumentando que atrasa o desenvolvimento tecnológico e prejudica a Petrobrás. Não por mera coincidência José Serra, senador do PSDB, se esmera para aprovar o Projeto de Lei 131/2015 que revoga a exigência da Petrobrás como operadora única do Pré-Sal, estabelecendo normas de privatização semelhantes às implementadas durante a gestão do presidente Cardoso. Já no final de 2009, durante encontro no Congresso, Serra garantia à diretora da Chevron no Brasil de que, eleito presidente, as empresas petrolíferas estrangeiras não precisariam se preocupar com a 'onda nacionalista', como

revela o site WikiLeaks, fundado por Julian Assange. O esquema de monitoramento dos EUA para obter informações sobre a Petrobrás também foi denunciado por Edward Snowden, ex-funcionário da CIA e da Agência de Segurança Nacional.

Em um momento no qual a crise do capitalismo alcança dimensões de uma crise civilizatória; no qual o terrorismo é apresentado como uma ameaça maior do que a fome e a miséria; no qual a especulação e o consumo prevalecem sobre a produção de bens; no qual se difunde a ideia de que a política é atividade profissional, burocrática, a ser evitada pelo cidadão comum, exceto no período eleitoral, cada vez mais pessoas são induzidas a apoiar iniciativas de segurança, sejam particulares ou estatais, mesmo que estas limitem seus anseios de liberdade.

Além disso, muitos partidos progressistas ao chegarem ao governo, preocupados em manter e se manter nas estruturas de poder, se conformam com os procedimentos da legalidade burguesa, priorizam a distribuição de cargos e participam de esquemas habituais de corrupção. Com frequência esquecem o principal: cuidar da formação e organização política de suas bases sociais. Se há alguns anos ser alfabetizado constituía requisito para a cidadania, hoje a 'alfabetização política' é imprescindível para construir uma comunidade nacional com amplo protagonismo das classes trabalhadoras.

Tal descuido, ou melhor equívoco, dos partidos, em boa parte, explica a perplexidade ideológica da esquerda frente aos atrativos materiais da sociedade de consumo e aos ditames do pensamento único. O Estado se tornou o alvo preferencial das críticas ferrenhas do neoliberalismo, sendo responsabilizado por tudo que de negativo ocorre na sociedade. Não caberia esperar outra coisa da direita que resiste agressivamente, por exemplo, ao mais tímido reconhecimento da igualdade de direitos e a qualquer tentativa de políticas externas soberanas.

Para Emir Sader, as forças de esquerda deveriam ter claro que a disputa pelo Estado, produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes, não é apenas para assenhorar-se da máquina governamental. Conforme as expectativas deste estudioso da dinâmica socioeconômica e política latino-americana, o propósito da conquista do Estado:

Es para fortalecer a las políticas sociales y a los bancos públicos, es para democratizar el sistema tributario, es para rescatar y fortalecer empresas estratégicas para la economía, es para afirmar proyecto nacionales, es para democratizar el proceso de formación de la opinión pública, es para apoyar políticas culturales de carácter pluralista, es para desarrollar un discurso democrático, público, popular, soberano. (Agencia de Informação Frei Tito para a América Latina / ADITAL, 02/12/2015).

Refletindo sobre os dilemas da esquerda na América Latina, Immanuel Wallerstein (2011:359) observa que esta logrou alguns êxitos na primeira década do século XXI e se tornou, no cenário mundial, uma força geopolítica relativamente autônoma. Porém, ele continua, surgem contradições com os movimentos populares que apoiaram os partidos vitoriosos na medida em que seus governos estimulam projetos neodesenvolvimentistas com forte intervenção do Estado, mas sempre respeitando

os limites do modelo econômico neoliberal. Apoiada nesta abordagem mais ampla, examino o cenário político do Brasil contemporâneo.

3 | TENSÕES DOMÉSTICAS: O CASO BRASILEIRO

Nos últimos 12 anos, o Brasil vem ensaiando a configuração de uma base republicana que pretende dar centralidade ao social, fazendo com que o Estado ofereça serviços a milhões de pessoas. As ações governamentais tentam estimular a inserção de vastos contingentes na comunidade nacional. Este é o sentido mais profundo da distribuição massiva de bolsas de sobrevivência aos mais carentes, do apoio financeiro a numerosos pequenos negócios, de investimentos para acesso dos jovens ao ensino superior, de acenos a inclusão de etnias segregadas e de ampliação dos direitos de populações estigmatizadas. Apesar de combatidas pelo pensamento conversador e não obstante seus efeitos limitados quanto à superação das desigualdades, é inequívoco o estímulo que estas iniciativas representam à coesão social.

É nesta perspectiva que alguns intelectuais de esquerda apoiam a candidatura de Dilma Rousseff, ainda no primeiro turno da campanha presidencial de 2014. Ladislau Dowbor lembra que os eleitores no topo da pirâmide social desejam manter os privilégios dos quais sempre usufruíram. Na ótica da burguesia, direcionar recursos governamentais às famílias pobres configuraria uma prática assistencialista, um desvio do papel do Estado. Ao se sentirem ameaçados, revidam exigindo cortes nos serviços e nas políticas públicas de modo a garantir que a burocracia continue atuando em seu favor, financiando empreendimentos privados com dinheiro público. Em sua entrevista, o economista alerta: “... há os que querem a volta ao passado, à restrição das políticas sociais, à redução das políticas públicas... A verdade é que a máquina administrativa herdada foi feita para administrar privilégios, não para prestar serviços. E os privilegiados a querem de volta.” (Carta Maior, 21/09/2014).

Os dois depoimentos apresentados a seguir, apesar de provenientes de lideranças com trajetórias políticas e de vida diferentes, revelam o ódio social da elite brasileira:

Surgiu um fenômeno que eu nunca tinha visto no Brasil. De repente, vi um ódio coletivo da classe alta, dos ricos, contra um partido e uma presidente. O ódio decorre do fato de que o governo revelou uma preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres. Bresser Pereira, ex-ministro do PSDB. (Folha de São Paulo, 01/03/2015).

Acho que isso explica o ódio e a mentira dessas pessoas. Pobre ir de avião começa a incomodar; fazer faculdade começa a incomodar; tudo que é conquista social incomoda uma elite perversa. Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil (Jornal do Brasil, 25/07/2015).

Segundo um dos fundadores do PSDB, hoje afastado por avaliar que o partido enveredou para o campo da direita, o ‘ódio coletivo da classe alta’ é um fenômeno novo, fruto da tentativa de firmar um pacto neodesenvolvimentista que una a sociedade brasileira, deixando de fora os empresários rentistas, o setor financeiro e

os capitalistas estrangeiros. A iniciativa fere os interesses do capitalismo internacional que costuma obter benesses dos governos para ocupar o mercado interno com seus investimentos e suas multinacionais. O resultado perverso desse pacto é que o Brasil está caminhando rumo à desindustrialização e voltando à condição de país exportador de bens primários.

Nas palavras do carismático organizador do PT e, hoje, liderança reconhecida globalmente, o ódio da elite deve-se à melhoria da autoestima dos trabalhadores brasileiros, em decorrência de algumas poucas, mas significativas conquistas sociais. Em uma sociedade ainda marcadamente escravocrata e patriarcal, com forte preconceito de classe, o acesso dos ‘debaixo’ a lugares considerados exclusivos da burguesia é inaceitável, sobretudo se a mudança (às vezes mais simbólica do que real) for fruto de uma política de Estado. A preconceituosa frase ‘ponha-se no seu lugar’ continua em uso no nosso país!

A minoria no topo da pirâmide acha que seus impostos financiam a transferência de renda para a classe trabalhadora e, portanto, saem de seu bolso os recursos para a prestação de serviços públicos direcionados às camadas mais pobres. Um caso emblemático da reação conservadora e elitista é o Programa Mais Médicos, iniciado em 2013, e que tem levado profissionais da saúde para comunidades em regiões distantes dos grandes centros urbanos de modo a prestar, emergencialmente, o atendimento básico às populações desassistidas. A presença de estrangeiros entre os contratados pelo governo federal, em particular de numerosos e dedicados médicos cubanos, desencadeou uma onda de protestos contra o programa. Além da questão financeira, o que parece motivar as manifestações desfavoráveis é o fato de a corporação médica querer controlar o mercado da medicina para mantê-lo lucrativo às custas da saúde popular. O que está em jogo na saúde como na educação é a ânsia de privatização dos serviços públicos; em outras palavras, a antiga polarização Estado-mercado, que na era neoliberal assumiu a forma público-privado.

Portanto, nunca é demais ressaltar, são os setores mais reacionários da sociedade brasileira, associados ao imperialismo, que sistematicamente atacam a política social não apenas pelo lado econômico, mas também pelo lado ideológico e simbólico. É visível a ansiedade, a tensão e o incômodo que sentem quando pessoas de classes populares entram em espaços que acreditavam serem exclusivos. Não por outra razão esses setores têm sido os principais agentes da instabilidade democrática.

Com propriedade, Frei Betto afirma que a crise brasileira nada mais é que uma crise do modelo de democracia ocidental. Nas suas próprias palavras:

Na economia capitalista não existe democracia. Existe apropriação privada, competitividade, submissão aos ditames do mercado e não aos interesses da nação. Todas as vezes que se fala em democratizar a economia, como uma simples distribuição de renda, as elites puxam as armas – golpes de Estado, evasão de divisas, guerras.

Em pleno período pós-eleitoral, quando parlamentares contestam as regras

democráticas, as alianças partidárias e o sistema político brasileiro, é lançado um filme que retrata o Brasil dividido. Misto de drama e comédia, o longa metragem *Que Horas Ela Volta*, dirigido por Anna Muylaert, confronta o Nordeste e o Sudeste, os ricos e os pobres, o país segregacionista e a ideia de unidade nacional. A empregada doméstica foi escolhida como símbolo para ilustrar a condescendência de certa elite que, como diriam os sociólogos Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (1998), “acredita sinceramente ter sido feita para ocupar tal posição”. No entanto, sua filha pertence a uma nova geração disposta a romper as assimetrias sociais baseadas em acordos velados, sendo mais consciente de seus direitos e desejos. Diferentemente da mãe, a jovem estudante que aspira entrar na faculdade de arquitetura está preparada para contestar uma submissão incompatível com sua condição de cidadã. O filme desperta atenção do público que vê na tela do cinema suas próprias famílias.

Assim como o cinema, a música também propicia manifestações de amor e ódio, tristeza e alegria. Os artistas parecem dotados de maior sensibilidade para apreender e expor as mudanças sociais, os medos e as esperanças das coletividades humanas; tem a habilidade de transformar emoções e afetos em obras de arte. A conhecida frase de Renato Russo (1960-1996) - ‘Não tenho tempo para odiar quem me odeia. Estou ocupado demais, amando quem me ama’ - expressa o ponto de vista de alguém que viveu e produziu intensamente até sua morte prematura, devido a complicações causadas pelo HIV. Os preconceitos que o cantor e compositor brasileiro, vocalista e fundador da banda de rock Legião Urbana, enfrentou em sua curta existência parecem ter lhe ensinado a não desperdiçar o tempo precioso com sentimentos de ódio. Certamente, o músico se referia a relações pessoais, mas talvez este seja o caminho a percorrer na política face aos protestos raivosos que dificultam os esforços de gestão da coisa pública ao longo de 2015.

Algo que não está diretamente relacionado à distribuição de renda entre as classes, mas que influencia em grande parte a rejeição da Câmara e do Senado ao governo Dilma, é a disputa em torno de valores democráticos: a defesa dos direitos das mulheres, da criança e do adolescente, dos negros e quilombolas, dos indígenas, de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ LGBT. Embora não haja uma política inovadora para estes movimentos, a presidenta vem tomando medidas mais ousadas do que aquelas dos governos de Cardoso. Basta lembrar as cotas raciais no serviço público e nas universidades, as tentativas de garantir o direito ao aborto em determinadas situações previstas em lei, a atuação da Comissão Nacional de Direitos da Mulher, o apoio aos movimentos populares. O acolhimento das reivindicações destes segmentos sociais provocou intensa reação dos parlamentares conservadores, ligados sobretudo às igrejas e aos militares. Sua animosidade chega a tal ponto que sonham em reimplantar o obscurantismo na sociedade brasileira disseminando a aversão ao outro, o ódio ao diferente.

Buscando entender o fenômeno do ódio coletivo, Leonardo Boff recorre a dois analistas da violência. Conforme René Girard (*Le Bouc Émissaire*, 1982), a medida

em que se acirram os conflitos políticos, o oponente precisa convencer a maioria da sociedade de que o culpado é tal pessoa ou partido, a quem atribui toda responsabilidade pela corrupção. Assim, consegue desviar a atenção de suas próprias ações e, aliviado, continua com sua lógica corrupta. Já Carl Schmitt (O conceito do político, 2003) atribui aos opositores na política o mesmo tipo de raciocínio que aplicava a um determinado povo, no caso, o alemão. Dizia ele que uma nação para firmar sua identidade deve identificar um inimigo, desqualificá-lo e difamá-lo com todo tipo de preconceito.

Valton Miranda (2015:32) aprofunda a noção de ‘inimigo’ na teoria de Schmitt e observa que, ao tempo em que traz elementos histórico-culturais para compreender o surgimento do nazismo, permite leituras enriquecedoras da política moderna, pois ‘todo governante no poder está sob a sombra fascinante da tirania’, ou seja, o soberano transcende a vontade popular. De acordo com Miranda, a ética schmittiana não pode ser outra senão aquela nascida da dominação purificadora, presumida como racial ou cientificamente superior. Para o filósofo alemão, conceito e prática do inimigo são inerentes à política, sendo esta compreensão fundamental à ideia de soberania de um Estado de exceção, em contraste com a visão gramsciana.

Penso que as reflexões de Gramsci (1968) sobre o Estado ampliado e o partido político também ajudam a explicar a “crise de hegemonia” no Brasil de nossos dias. Entendendo que o Estado é coerção revestida por busca de hegemonia, na sociedade política, a dominação é assegurada por aparatos de força, enquanto na sociedade civil, as classes buscam afirmar a noção de serem seus projetos consensuais, utilizando-se de aparelhos privados de hegemonia (escolas, sindicatos, partidos, meios de comunicação). Nos termos propostos por Gramsci, seria um erro teórico distingui-las, pois ambas as esferas atuam para garantir a reprodução das relações de poder necessárias ao desenvolvimento capitalista. Tal concepção esclarece melhor a luta sistemática pelo controle do Estado, via de regra imputada a fatores ocasionais, tais como: a intransigência parlamentar, os sectarismos partidários, as desavenças pessoais, as acusações moralistas e as incriminações financeiras, entre outras.

No artigo mencionado previamente, Boff argumenta que existe uma clara intenção de tornar o PT o ‘bode expiatório’ da desestabilização política e econômica que marca o primeiro ano do atual governo Dilma. Com isso, prossegue, procura-se invalidar as conquistas dos trabalhadores e reconduzir ao poder aqueles que sempre estigmatizaram o povo e ocuparam a burocracia do Estado em benefício próprio.

Por um lado, os fatos objetivos, a exemplo da citada operação ‘Lava Jato’, agravados pela acentuação ideológica da imprensa, favorecem a criação de um ambiente de desânimo que enfraquece os laços de solidariedade e coesão nacional. A instabilidade institucional, sem dúvida, se concentra em torno do Executivo, mas atinge igualmente o Legislativo e o Judiciário. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são objeto de investigação criminal. A aprovação das contas da presidência depende do Tribunal de Contas da União / TCU, cujo presidente responde a sindicância interna acusado de tráfico de influência. Já os gastos com a campanha

presidencial serão averiguados por um ministro do Tribunal Superior Eleitoral /TSE que manifesta abertamente suas preferências partidárias. O Supremo Tribunal Federal / STF, julgando a partir de compromissos políticos e conveniências corporativas, interfere nos poderes fundados na soberania popular e nos direitos da cidadania.

Por outro lado, as desigualdades sociais persistem. Face à apatia das esquerdas, cuja essência é crer e realizar utopias, o desencanto da juventude com partidos, sindicatos e a própria política poderá favorecer grupos de direita, caso a ação direta não se transforme em projeto revolucionário. No Brasil, um dos mais expressivos protestos populares eclodiu em 2013, as chamadas ‘Jornadas de Junho’, iniciadas em São Paulo e que, rapidamente, se alastraram por todo o país. A mobilização inicial contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, convocada pelo Movimento Passe Livre, reuniu um conjunto heterogêneo de vozes rebeldes e apartidárias que reivindicavam o direito à cidade (MARICATO, 2013). Os protestos incluíam múltiplas demandas contra a militarização das favelas, a falta de emprego, a violência cotidiana e seletiva que atinge a jovens negros, a precariedade dos serviços de educação e saúde, as intervenções excludentes em benefício de megaeventos como a Copa e as Olimpíadas, entre outras, ampliando a agenda da mobilidade urbana. Sem poder ignorar os movimentos antiliberais, a mídia passa a denominar os que deles participam de “baderneiros” e “vândalos”. Ao colocar em xeque o modelo de desenvolvimento, a forma de fazer política e a democracia representativa, a resistência popular renova a utopia!

4 | E A LUTA CONTINUA...

Entre outros méritos, as manifestações de rua revelam que as lutas no terreno estratégico que é o Estado expressam a correlação de forças entre as classes sociais. As contradições no seio dos governos progressistas entre defensores do modelo neodesenvolvimentista de caráter nacionalista e defensores do modelo neoliberal de caráter imperialista impulsionam as lutas populares. Durante o ano de 2015, em todo Brasil, ocorrem sucessivas greves operárias, manifestações sindicais, ocupações de fábricas bem como de prédios por famílias sem-teto descrentes dos programas de habitação popular e de fazendas por camponeses insatisfeitos com o arrefecimento das desapropriações de terra. Tais acontecimentos, raramente noticiados pela grande imprensa, refletem o descontentamento de boa parte da base social do PT.

Mais importante, a meu juízo, evidenciam quão distante se encontra do desafio inicial de construir um partido orgânico, “propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total da civilização moderna” (Gramsci, 1968: 8 e 9). Em 12 anos no governo, o maior partido popular falhou em sua missão de formar dirigentes capazes para que um grupo social

“se articule e, de caos tumultuado, se transforme em exército político organicamente predisposto” (GRAMSCI, 1968: 86).

É o que revela o discurso de Lula, em fevereiro de 2015, nos 35 anos de fundação do PT, ao afirmar que esse se transformou em um partido igual aos outros: “...deixando de ser um partido das bases para ir se tornando cada vez mais um partido de gabinete. As direções, tanto as regionais quanto a nacional, muitas vezes ficaram prisioneiras dessa lógica. Tornaram-se burocráticas e menos representativas da nossa base social.”

Após um momento de perplexidade e hesitação face à ofensiva da elite revanchista e oligárquica, que também mobiliza a população para ir às ruas obtendo sucesso em seu intento golpista, as correntes democráticas e de esquerda se agrupam na Frente Brasil Popular. Para Roberto Amaral, um de seus idealizadores, esse é “um projeto histórico no sentido de que atende a uma necessidade do processo social.” Em junho teve início a mobilização de centrais sindicais, partidos políticos, pastorais, movimentos estudantis e sociais do campo e da cidade, que culmina com o lançamento da Frente no dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, do qual participaram 2,5 mil representantes provenientes de 21 estados e do Distrito Federal.

Ampla, massiva e unitária, seus objetivos são a defesa da legalidade democrática e o combate à política socioeconômica recessiva do governo Dilma. Um de seus compromissos é a elaboração de um novo programa de desenvolvimento nacional, que garanta o protagonismo dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres, a diversidade sexual, a igualdade racial, entre outros expressos no Manifesto à Nação. Mas isso ainda não é tudo: a FBP considera primordial democratizar os meios de comunicação e recuperar a ideia de reforma do sistema político. Convocadas pelo coletivo nacional da Frente, cerca de 250 mil pessoas retornaram às ruas no dia 16 de dezembro, em 42 cidades, para defender as conquistas sociais e resistir ao golpe antidemocrático em curso.

Um fato marcante na história das lutas por educação ocorre em novembro de 2015, quando milhares de estudantes secundaristas resistem por cerca de um mês ao fechamento de escolas públicas em São Paulo, ocupando mais de 200 estabelecimentos e realizando protestos nas ruas apoiados por professores, pais, intelectuais e artistas. O projeto de reforma do ensino médio proposto pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB) com aval do empresariado, mas sem consulta à comunidade escolar, pretendia tornar a educação um mercado atrativo para o setor privado.

Em dezembro, fruto da mobilização da juventude, a reorganização do sistema de ensino é suspensa pelo governador e o secretário de educação se demite. Durante o período da ocupação, mesmo com a violenta repressão policial e mais de 100 detidos, impressiona a rotina de aprendizado, debate político e atividades culturais promovidos pelos estudantes, que se organizam em equipes para cumprir diferentes tarefas e manter as escolas limpas, seguras e funcionando. Vitoriosos, deixam lições importantes que começam a ser colocadas em prática por seus colegas secundaristas de Goiás,

contrários à proposta do governador do PSDB de terceirizar os estabelecimentos de ensino médio.

Entre outros méritos, as ocupações estudantis expõem os graves problemas educacionais do estado mais rico do Brasil e o modo autoritário como os dirigentes do partido há mais de 20 anos no governo paulista lidam com as políticas públicas. As lutas de massa ensinam que as mudanças sociais só serão conquistadas mediante união, solidariedade e formação política.

Na contramão dos que apostam em uma crise avassaladora e cuja única saída seria o retorno ao neoliberalismo, as forças populares demonstram que uma nação democrática se constrói com resistência e rebeldia. O momento é rico em possibilidades de o povo brasileiro ampliar a participação política, a distribuição de renda e a soberania nacional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. **A serpente sem casca, da 'crise' à Frente Popular**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2015.

BETO, F. **O boteco do PT**. [Acesso em 14 Dezembro 2015 (<https://www.google.com.br/>)]

BOFF, L. **O persistente bullying midiático sobre o PT**. [Acesso 8 Agosto 2015 (<http://www.pt.org.br/boff-o-persistente-bullying-midiatico-sobre-o-pt/>).]

DOWBOR, L. **Voto Dilma, uma questão de bom senso**. [Acesso em 21 Setembro 2015 (<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ladislau-Dowbor-Voto-Dilma-uma-questao-de-bom-senso/4/31841>)].

ELLNER, S. 'Social and Political diversity and the democratic road to change in Venezuela'. **Latin American Perspectives**. Issue 190. v. 40, n. 3, 2013.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

INSTITUTO LULA. [Acesso em Abril 2015 (<http://www.institutolula.org/discurso-de-lula-na-comemoracao-dos-35-anos-do-pt>)].

MARICATO, E. et altri (2013). **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

MARTINS, M.D. & GALLI, R.E. (2011). **Multilateralismo e reações sul-americanas**. Fortaleza: EdUECE.

MARTINS, M. D. (2015). South American Challenges to the current world order. **Latin American Perspectives**. Issue 200, v. 42, n. 1: 115-120.

MIRANDA, V. (2015). **O inimigo necessário** – a paranoia em Carl Schmitt. São Paulo: Editora Intermeios.

PETRAS, J. (2007). 'Venezuelan Referendum: a post-mortem and its aftermath'. **Tensões Mundiais**. v.3, n.5: 94-110.

PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. (1998). **Grandes Fortunes** – dynasties familiales et forms de richesse en France. Paris: Éditions Payot & Rivages.

SADER, E. **La disputa es por el Estado**. ADITAL [Acesso em 12 Setembro 2015 (http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=ES&img=S&cod=87544)] .

SUTHERLAND, M. (2015). **Venezuela: crisis, importación, dólares, inflación-escasez y el default inevitable**. [Acesso em 12 Dezembro 2015 (<http://www.aporrea.org/trabajadores/a213256.html>)] oteco+do+PT&oq=o+boteco+do+pt&aqs=chrome.0.69i59j69i60j69i64.4513j0j7&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8)].

BOFF, L. **O persistente bullying mediático sobre o PT**. [Acesso 8 Agosto 2015 (<http://www.pt.org.br/boff-o-persistente-bullying-midiatico-sobre-o-pt/>.)]

DOWBOR, L. **Voto Dilma, uma questão de bom senso**. [Acesso em 21 Setembro 2015 (<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ladislau-Dowbor-Voto-Dilma-uma-questao-de-bom-senso/4/31841>)]].

ELLNER, S. 'Social and Political diversity and the democratic road to change in Venezuela'. **Latin American Perspectives**. Issue 190. v. 40, n. 3, 2013.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

INSTITUTO LULA. [Acesso em Abril 2015 (<http://www.institutolula.org/discurso-de-lula-na-comemoracao-dos-35-anos-do-pt>)].

MARICATO, E. et altri (2013). **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

MARTINS, M.D. & GALLI, R.E. (2011). **Multilateralismo e reações sul-americanas**. Fortaleza: EdUECE.

MARTINS, M. D. (2015). South American Challenges to the current world order. **Latin American Perspectives**. Issue 200, v. 42, n. 1: 115-120.

MIRANDA, V. (2015). **O inimigo necessário** – a paranoia em Carl Schmitt. São Paulo: Editora Intermeios.

PETRAS, J. (2007). 'Venezuelan Referendum: a post-mortem and its aftermath'. **Tensões Mundiais**. v.3, n.5: 94-110.

PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. (1998). **Grandes Fortunes** – dynasties familiales et forms de richesse en France. Paris: Éditions Payot & Rivages.

SADER, E. **La disputa es por el Estado**. ADITAL [Acesso em 12 Setembro 2015 (http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=ES&img=S&cod=87544)] .

SUTHERLAND, M. (2015). **Venezuela: crisis, importación, dólares, inflación-escasez y el default inevitable**. [Acesso em 12 Dezembro 2015 (<http://www.aporrea.org/trabajadores/a213256.html>)].

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

